



**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
**Secretaria de Município de**  
**Gestão Administrativa e Licitações**

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 00.867.301/0002-06, com sede na cidade de Herval D'Oeste, na Rua Santos Dumont, 186, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 052/2021, Processo 29.529/2021, que tem por objeto a Contratação de empresa ou consórcio de empresas, especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência Anexo I a este Termo.

**1. Item da Impugnação – “Tempestividade da impugnação”**

Tem-se por tempestiva a presente medida, posto que, protocolada no prazo do artigo 24 do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019.

**2. Item II da Impugnação – Da descabida alegação de irregularidades baseada na duplicidade na contratação de serviço**

**A r. impugnante funda seus argumentos iniciais na letra “a”** do presente item II, quanto a possíveis irregularidades caracterizadas inicialmente por uma, alegada, porém inexistente duplicidade na contratação de serviços.

Contrário aos apontamentos de irregularidades baseado em tal situação, cumpre salientar de que a existência de contrato em vigor, não impede a busca de nova contratação, principalmente quando se busca evolução tecnológica dos sistemas atuais contratados.

No tocante a tal aspecto, necessário ainda salientar de que, a vedação legal não se encontra na realização de novo certame objetivando nova



**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
**Secretaria de Município de**  
**Gestão Administrativa e Licitações**

contratação. O que deve ser observado é para que não ocorra pagamento de forma contínua por dois serviços que possuem o mesmo objeto.

No caso do presente certame há devido planejamento para que não ocorra tal situação. Uma vez formalizada a nova contratação e, no caso em tela, posto tratar-se de software de gestão, somente após a concretização dos serviços de implantação do sistema novo licitado, certamente ocorrerá à rescisão do contrato com a fornecedora, para que não ocorra o pagamento continuado pelos mesmos serviços.

Há situações inclusive, de que a existência de contrato paralelo durante o período de implantação de sistema novo se reconhece como necessária, principalmente para resguardo do interesse público. Não pode a administração ficar desprovida dos serviços de software de gestão, seja na área específica de saúde ou qualquer outra da área administrativa.

Portanto, nada impede a busca de nova contratação por intermédio da realização de novo certame mesmo havendo um contrato ainda vigor.

Improcedente o pleito do presente item II alínea “a”.

**Pontua ainda na alínea “b” do item II** insurgência baseada em impedimento de contratação de forma aglutinada.

O fracionamento pugnado pela r. impugnante seria justificável caso, não representasse nenhum proveito para essa administração. Porém, ocorre justamente o contrário dos argumentos da r. impugnante.

A contratação por preço global se justifica pelo próprio interesse público. Essa administração busca facilitar sua gestão contratual com gerenciamento de apenas um contrato para sistema de gestão. Sem dúvida alguma reduz e centraliza os caminhos em busca de soluções para possíveis situações que, advém de toda e qualquer contratação.



## **Prefeitura Municipal do Rio Grande**

### **Secretaria de Município de**

### **Gestão Administrativa e Licitações**

Além do mais, questões de ordem técnica buscadas objetivando, por exemplo, o gerenciamento e utilização do software a ser contratado, com base em cadastramento único. Tal condição irá representar centralização das informações e dados em um fornecedor. Irá permitir essa administração poder trabalhar com a base dos dados de forma unificada em todas as áreas da gestão.

A unificação da base de dados por intermédio da possibilidade de realização de cadastramento único é uma condição técnica buscada há muito por essa administração. Certamente irá representar melhor organização e agilidade na prestação efetiva do serviço público pelos servidores aos munícipes.

Desse modo, a proposta pelo valor global se justifica pela condição técnica buscada, bem como pelos ganhos administrativos quanto ao melhor e eficiente gerenciamento dos contratos de fornecedores. Tendo ainda por consequência a redução de custos posto que, será pago apenas um fornecedor.

Refutados desse modo, as alegações da r. impugnante contrárias a vantajosidade da contratação de forma global. Não procedem as afirmações de dificuldade na análise específica dos setores técnicos. Até porque, o sistema a ser contratado será objeto de avaliação técnica pelos respectivos setores integrantes dessa administração. Não havendo, portanto, razão para desdobramento do objeto.

Sob tal aspecto ainda há que salientar as determinações do recente Decreto Federal nº 10.540/2020, cujo dispositivo legal vem exigir e referendar o cumprimento do artigo 48º § 1º do inciso III da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Portanto, a integração contratual das respectivas áreas representa ganhos financeiros e administrativos, além do cumprimento do ordenamento legal, no sentido de unificação dos sistemas que integram a administração pública.



**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
**Secretaria de Município de**  
**Gestão Administrativa e Licitações**

Improcedente o pleito do presente item II alínea “b”.

**No item II a impugnação pontua na alínea “c”** questões quanto à migração de dados.

Conforme a própria impugnante reconhece essa administração age com zelo ao definir as regras do item 3.1.4 e 3.1.4.1 ora atacados pela impugnante.

As próprias definições da LGPD impõe que o tratamento dos dados seja, tanto, pela administração pública ou da iniciativa privada tratados com o máximo zelo.

No que diz respeito a insurgência manifesta na impugnação quanto aos dados da área da saúde, importa salientar de que os dados da respectiva área, ganha destaque importante da LGPD, posto o respectivo setor não se encontrar obrigado a ter o consentimento expresso do titular em todas as situações de tratamento de dados, conforme as hipóteses de exceção tratadas principalmente nos arts. 7º, 10 e 11 da LGPD.

Não obstante ainda, há a regra do artigo 16 da LGPD referente à área da saúde, no sentido de prever exceções específicas quanto a manutenção dos dados mesmo após o encerramento contratual inerente ao tratamento dos dados, vejamos:

- a) por cumprimento legal ou regulatório do controlador: ainda nesse caso devem ser mantidos apenas os dados necessários a essa finalidade, descartando-se os demais;
- b) destinada aos órgãos de pesquisa, que estão autorizados a conservar os dados pessoais mesmo após o término do tratamento, apenas para estudo, vedando-se a sua utilização para qualquer outra finalidade;
- c) mediante a transferência dos dados a terceiro: essa previsão resguarda o direito à portabilidade, isto é, o direito do titular de migrar os dados a outro fornecedor de serviço ou produto, desde que observados os direitos do titular e os princípios que regem a LGPD; e



**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
**Secretaria de Município de**  
**Gestão Administrativa e Licitações**

d) em caso de uso exclusivo do controlador: quando o tratamento está condicionado à anonimização dos dados.

Assim, de modo contrário ao exposto pela impugnante, inobstante a disponibilização da cópia do banco pelo fornecedor anterior, seria importante manter os dados tratados no período correspondente ao mesmo para possível consulta. Conforme apontado supra, os dados referentes à saúde não seguem a regra da eliminação após o período de responsabilidade contratual pelo tratamento.

Ainda sob tal aspecto ainda necessário salientar que o item 3.6.12 trata de forma específica quanto a obrigatoriedade inerente a segurança dos dados, por intermédio de cópia das informações junto ao ambiente da contratada.

Além disso, demonstrando o contrário do alegado na impugnação, vale ressaltar as previsões do item 3.8 no título inerente as Obrigações que deverão ser assumidas pela contratada, das quais se destaca a alínea “q” do item 3.8.1:

q) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD); r

Some-se ainda, as disposições do item 3.8.1 do Termo Referencial, cujo item permite a essa administração optar por não migrar determinados dados:

3.1.8. A CONTRATANTE poderá optar por não migrar determinados dados ou mesmo de uma base de dados completa, caso seja de seu interesse.

Improcedente, o pleito do presente item.

Ainda integrando as insurgências materializadas no **item II, a impetrante destaca a alínea “d”**.



**Prefeitura Municipal do Rio Grande**  
**Secretaria de Município de**  
**Gestão Administrativa e Licitações**

A r. impugnante funda os argumentos no presente item de forma genérica e imprecisa, se referindo apenas que o atestado de capacidade técnica seja emitido contendo “uma série de módulos”.

Sequer pontua, quais módulos ela entende que não deveriam figurar como comprovação de serviços realizados. Portanto, não se afigura nos argumentos impugnativos do presente item nenhuma demonstração de ilegalidade ou excesso de exigência. Sob tal aspecto, cumpre dizer de que nenhuma exigência inerente ao atestado de capacidade técnica solicitado fere os limites do artigo 30, e incisos.

Assim, de modo contrário aos termos da impugnação, não há nenhuma restrição com base nas exigências quanto a demonstração de atendimento as respectivas áreas. São áreas de atendimento mínimas. Que toda empresa que tenha interesse em participar dos certames objetivando prestação dos serviços de gestão em saúde deve possuir.

As comprovações se limitam, apenas em buscar validação de atendimento anterior apenas nas áreas de maior relevância para o objeto que se está buscando contratar.

Desse modo, resta improcedente o pleito do presente item.

**DECISAO:**

Isto posto, conheço da impugnação apresentada pela empresa **INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO EIRELI, PARA, NO MÉRITO, JULGAR INTEGRALMENTE IMPROCEDENTE**, nos termos da legislação pertinente e demais fundamentos supra.

Deivid Moraes Mendes  
Secretário de Gestão Administrativa e Licitações